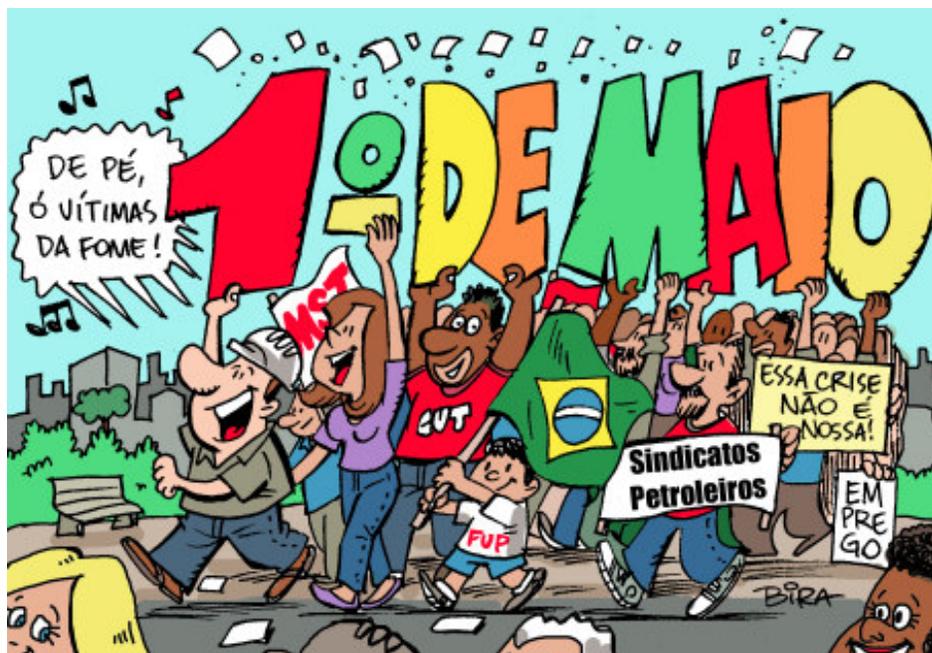


Dia de lutas e conquistas

O Primeiro de Maio em todo o mundo é marcado este ano por atividades e manifestações da classe trabalhadora em defesa da valorização do emprego, da renda e de seus direitos, frente à crise internacional do capital financeiro, cujo ônus tem sido imposto aos trabalhadores. A CUT e demais centrais sindicais brasileiras realizam eventos e protestos pelo país, denunciando ações nefastas das empresas, que se utilizam da crise demitindo e cortando direitos para se reestruturarem e aumentarem seus lucros.

“Ao longo dos anos, os países centrais e, particularmente os Estados Unidos, impuseram sua receita de Estado mínimo, privatização, corte nos gastos públicos e redução de direitos sociais, retirando montanhas de recursos da produção para a especulação. Agora, a orgia financeira cobra seu preço e, em meio à ressaca, os capitalistas que



lucram bilhões parasitando o suor e o sangue da classe trabalhadora tentam passar a fatura dos rombos que geraram para o nosso bolso. Não vamos pagar esta conta!”, deixa claro a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no manifesto que será distribuído à população nas atividades que marcarão o Primeiro de Maio em todo o país.

As atividades da CUT e da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) contam com a participação dos sindicatos filiados à FUP, que vêm se mobilizando contra demissões

e cortes de direitos, desde o ano passado, quando a crise financeira internacional intensificou-se, atingindo os trabalhadores. Uma das principais manifestações da categoria petroleira foi durante a greve nacional de cinco dias, em março, cobrando a manutenção dos postos de trabalho pelas empresas contratadas pela Petrobrás, preservação de direitos e condições seguras de trabalho. Neste Primeiro de Maio, a FUP e seus sindicatos mais uma vez deixam claro que os trabalhadores não pagarão pela crise do capital especulativo.

O pré-sal é do povo brasileiro!

O presidente Lula escolheu o Primeiro de Maio para a Petrobrás iniciar a produção do Campo de Tupi, atual maior reserva do país na camada pré-sal, com reservas estimadas entre 5 e 8 bilhões de barris de óleo equivalente. A cerimônia, intitulada “Primeiro Óleo de Tupi - Ano I de uma Nova Era”, marcará a primeira extração do pré-sal.

A FUP e seus sindicatos colocaram nas ruas uma campanha nacional pelo controle estatal e social das reservas brasileiras de petróleo e gás, principalmente do pré-sal, que teve várias

áreas leiloadas em função da atual Lei do Petróleo, que tem permitido que as empresas multinacionais se apoderem de nossos estratégicos recursos energéticos. A Federação e vários movimentos sociais que somaram-se à luta em defesa da soberania nacional, entre eles o MST e a UNE, têm coletado assinaturas para apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei de iniciativa popular que garanta o controle estatal e social do petróleo e gás brasileiros. Participe também desta campanha, acessando os portais www.presal.org.br e www.fup.org.br

FERIADO EM DOBRO

O pagamento em dobro do feriado de Primeiro de Maio para os trabalhadores em regimes especiais foi uma das principais conquistas da greve de cinco dias realizada em março. É o primeiro passo na luta pelo restabelecimento do extraturno (dobradinha), reivindicação que continuará em pauta durante a campanha reivindicatória. Esta luta foi impulsionada pelos petroleiros da Replan, que garantiram, através de liminar, a continuidade do pagamento da dobradinha. Em março, eles fizeram uma greve de sete dias contra a decisão da Petrobrás de retirar este direito dos trabalhadores admitidos após 1999.

Petroleiros e MST: trajetórias de lutas conjuntas em defesa da soberania nacional

A partir desta edição, o boletim Primeira Mão publicará semanalmente matérias e artigos relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contaremos um pouco da história e das lutas desta organização social que é considerada uma das mais importantes da América Latina. O espaço em nosso boletim para informação e formação política sobre o MST será mantido durante o período que antecede à Primeira Plenária Nacional da FUP (Plenafup), que será realizada entre os dias 02 e 05 de julho, no Assentamento do Contestado, na cidade de Lapa, no Paraná.

O início, há 25 anos

A história do MST confunde-se com a trajetória dos petroleiros rumo à unificação nacional da categoria. O Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra ocorreu em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, em uma conjuntura política de lutas pelo fim da ditadura militar e redemocratização do país. O encontro reuniu 80 trabalhadores rurais, que organizavam na época ocupações de terra em 12 estados. Ficou latente a necessidade de organização nacional dos sem terra para intensificar a luta pela reforma agrária e um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social. A ocupação foi apontada pelos trabalhadores rurais como ferramenta legítima e fundamental para a democratização da terra.

Nesta mesma época, as mobilizações operárias nas cidades refletiam o novo sindicalismo combativo que se consolidava através da CUT (Central Única

dos Trabalhadores). Os trabalhadores do Sistema Petrobrás também começavam a construir sua unidade nacional.

Combater o neoliberalismo

Entre 1986 e 1988, durante a Assembléia Nacional Constituinte (que alterou a Constituição brasileira), os petroleiros e o MST realizaram lutas conjuntas em Brasília para garantir a reforma agrária, a manutenção do monopólio estatal do petróleo e a jornada de 6 horas nos turnos de revezamento. O apoio e solidariedade dos trabalhadores rurais foram novamente fundamentais nas mobilizações contra a reforma constitucional, no início dos anos 90. O MST e o então Comando Nacional dos Petroleiros (organização que antecedeu a FUP) chegaram a ocupar o Salão Verde da Câmara dos Deputados Federais para impedir a quebra do monopólio e as privatizações.

Durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL-atual DEM), o Brasil sofreu com o aprofundamento do modelo neoliberal, que ampliou a desigualdade social, criando bolsões de miséria pelo país afora. A concentração de terras aumentou, expulsando os trabalhadores rurais para as cidades, onde o desemprego crescia, empresas públicas eram privatizadas, a classe operária perdia direitos e a especulação financeira asfixiava a produção.

Os petroleiros e o MST enfrentaram com greves e ocupações a política neoliberal de FHC. A luta pela soberania nacional, contra os leilões de petróleo e em defesa da reforma agrária continuou



FUP e MST na ocupação da ANP, em 2007

ao longo do governo Lula e intensificou-se nos últimos anos, através da campanha para garantir o controle estatal e social das reservas brasileiras de petróleo e gás.

Lutas de classe

Nestes 25 anos de existência, o MST está presente em 24 estados do país, organizando os trabalhadores rurais. Atualmente, o movimento conta com 130 mil famílias acampadas e outras 370 mil assentadas. A identidade de classe que une os trabalhadores do campo aos trabalhadores da cidade é que impulsiona a luta pela construção de um país com justiça social, onde a terra e os recursos naturais e energéticos sejam utilizados em benefício da população. Daí, a importância política da Primeira Plenária Nacional da FUP (Plenafup) ser realizada em um assentamento do MST, consolidando, assim, a união dos petroleiros com os trabalhadores rurais na luta pela soberania nacional.

PLR 2008: acordo assinado garante pagamento para o dia 05

O acordo assinado pela FUP e sindicatos na semana passada garantiu o pagamento da PLR 2008 de forma integral na próxima terça-feira, dia 05. A greve de cinco dias em março conquistou avanços em relação ao montante provisionada pela Petrobrás, que subiu de 4,17% para 4,5% sobre o lucro do Sistema. Os R\$ 2.000,00 lineares conquistados elevaram o valor da PLR,

principalmente para os trabalhadores do regime administrativo e os que estão situados nas faixas salariais mais baixas.

A maior vitória deste acordo, no entanto, foi estender estas conquistas para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás. Desta forma, garantimos que os mesmos valores da PLR que serão pagos pela Petrobrás sejam praticados também para os trabalhadores da Refap, TBG e Petroquisa, empresas que

fecharam o ano de 2008 com prejuízos.

PLRs futuras

O acordo conquistado na greve também prevê que a Petrobrás inicie, no prazo máximo de 30 dias, as reuniões do grupo de trabalho paritário, que irá discutir o regramento das PLRs futuras, tomando como base a proposta aprovada pelos trabalhadores nas bases da FUP.

Edição 891 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br Redação e Diagramação: Alessandra Murteira - MTB 16763 Projeto gráfico: Cláudio Camillo MTB 20478 Estagiária de jornalismo: Carol Cavassa Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney.